

## NARRATIVAS E SILÊNCIOS DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA NA LITERATURA RECENTE

Graziele Frederico<sup>1</sup>

*Eles permanecem aí, sorrindo – em reuniões regadas a bom uísque, sorrindo – diante das câmeras de televisão, sorrindo – de terno e gravata, sorrindo. Parecem felizes, diriam uns, estão de bem com a vida, pensariam outros, têm belas lembranças, concluiriam então. Sem dúvida! Cada vez que um deles se olha no espelho, preparando-se para aparecer em público, uma súbita alegria o invade. É um homem impune, e sempre que se lembra disso ele sorri.*

Regina Dalcastagnè, *O espaço da dor: o regime de 64 no romance brasileiro*

### Resumo:

Diante de um cenário de prolongamento da impunidade dos crimes cometidos pelo regime ditatorial, este trabalho buscou analisar a partir da proposta ética construída por Emmanuel Levinas sobre a responsabilidade e o acolhimento do rosto do Outro, seis romances da literatura brasileira contemporânea que apresentam a ditadura militar como eixo de leitura. O propósito consiste em refletir sobre como a narrativa ficcional recente discute e reelabora essas questões no âmbito da escrita literária, com especial atenção à construção de silenciamentos presentes nessas obras.

**Palavras-chave:** ditadura militar, ética, representação literária, alteridade e multiplicidade.

Após a promulgação da Lei nº 12.258/2011 que instituiu a Comissão Nacional da Verdade no Brasil, houve uma movimentação no mercado editorial com lançamentos de obras acadêmicas, de cunho jornalístico e ficção sobre a ditadura militar no país. Distantes temporalmente dos romances testemunho e das obras de denúncia publicadas no final dos anos 1970 e durante a década de 1980, este trabalho escolheu analisar seis romances lançados após os anos 2000: *Não falei* (2004) de Beatriz Bracher; *Nem tudo é silêncio* (2010) de Sonia Regina Bischain; *História natural da ditadura* (2006) de Teixeira Coelho; *K.* (2012) de Bernardo Kucinski; *Soledad no Recife* (2009) de Urariano Mota e *O punho e a renda* (2014) de Edgar Telles Ribeiro.

A partir de uma primeira abordagem, tomou-se a perspectiva ética proposta por Emmanuel Levinas em seu livro *Totalidade e Infinito* (1980) sobre a responsabilidade no acolhimento do rosto do Outro a partir de uma visão não reducionista deste pelo Mesmo, para pensar o acolhimento deste Outro nos romances e a presença ou não dessa

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Literatura na Universidade de Brasília (UnB). E-mail: grafrederico@gmail.com

responsabilidade com a multiplicidade nas narrativas que tratam da ditadura militar brasileira. A principal pergunta que guiaria as análises dos romances era então se a questão ética proposta por Emmanuel Levinas de acolhimento não reducionista do Outro pelo Mesmo estava presente nos narradores, personagens, construções e escolhas das narrativas.

De maneira geral, as obras criticam o regime opressor e os militares. Porém, umas o fazem de maneira linear, com inúmeras certezas e afirmações enquanto outras apresentam estranhamento, desconforto, questões, problemas, incertezas. A ética da hospitalidade da multiplicidade, aplicada à análise dos romances, estaria naqueles que justamente estivessem dispostos e atentos a não reduzir discursos, simplificar posições e reforçar preconceitos ou estereótipos.

Foi assim que, num primeiro momento, os romances foram então divididos entre aqueles que inscreviam a ditadura militar num passado distante, com posições definidas e estabelecidas, e as narrativas que não encerravam suas possibilidades de compreensão. Corresponde ao primeiro grupo *O punho e a renda* (2014) e *Soledad no Recife* (2009). As duas obras não negam que horrores foram cometidos, mas dão a entender que o período é um episódio já superado de nossa história. De modos diferentes, impõem uma impossibilidade de problematizar e entender em sua complexidade as violências de todos os tipos cometidas durante a ditadura militar.

O presente, segundo esses romances, apresenta novas agendas de reivindicações, um contexto político muito distante e sem mais nenhuma ligação com aquele vivido nas décadas de 1960 e 1970. Uma vez que a democracia fora reinstaurada, dão o tema como encerrado. Nenhuma das obras questiona o não julgamento das graves violações de direitos humanos cometidas no período. Os livros trazem memórias do que aconteceu com o propósito de não as esquecer, mas não estabelecem formas de ampliação das questões, dos efeitos e das cicatrizes ainda abertas no presente e, por isso, segundo o entendimento construído nesse trabalho, não constroem um discurso sobre a não repetição da barbárie.

A possibilidade de coexistência entre a resistência à ditadura e a reconciliação com esse passado é apresentada, por exemplo, pelas conversas do narrador de *O punho e a renda* (2014) com os personagens Max e Eric, que colocaram o regime militar como planos de um contexto internacional de interesses da Guerra Fria. O próprio narrador não contesta a ideia de que se ele resistiu ou não à ditadura, agora isso não faz

diferença, porque diante do fim da divisão mundial entre capitalistas e comunistas, os regimes militares na América do Sul não teriam mais sentido, nem mesmo aos estadunidenses que quiseram implantá-los. Há uma reafirmação durante o romance de que a ditadura foi um combate aos comunistas, que na atualidade já não faz mais sentido e que teria então perseguido aqueles que eram reconhecidos como inimigos.

*Soledad no Recife* (2009), por sua vez, num tom melancólico de homenagem à Soledad Barrett e aos outros militantes, assassinados em razão da denúncia do delator Daniel/Anselmo, apresenta-se como uma obra fatalista. Há claramente um sentimento de repugnância contra o assassino que continua impune três décadas após a traição que levara à morte de Soledad. No entanto, não há maiores questionamentos sobre essa impunidade, nem a questão central do narrador é problematizar a ausência de um julgamento dos crimes cometidos.

A proposta dele é descrever Soledad e narrar a história desde o dia em que se conheceram até a festa em que ela morreu. A paraguaia é descrita em detalhes, mas seus discursos são em parte ironizados pelo narrador. Ela, assim como os outros militantes de esquerda, são infantilizados e retratados como ingênuos e, algumas vezes, levianos. Essa crítica à esquerda, no modo como é construída, não propõe maiores reflexões, relata frases prontas e discursos que depois seriam utilizados contra os próprios jovens que lutavam contra a ditadura.

Sendo assim, a melancolia paralisante, que empurra os crimes cometidos durante o regime militar para um passado sob o qual nada pode ser feito para remediá-lo; e as ironias e banalizações sobre a resistência dos jovens da oposição permitem uma leitura que favorece uma simplificação a propósito do que fora a ditadura militar. Justamente, quem sabe, o contrário do que vislumbramos com a proposta ética de Levinas que busca tornar os discursos mais complexos a partir da multiplicidade que advém do Outro.

É possível apontar ainda que nas duas primeiras obras analisadas é sugerida a construção argumentativa de que naquele período vivia-se uma guerra. Foram constatados dois problemas nessa alusão: primeiro o fato de que o conflito requer uma delimitação entre dois inimigos, o que na ditadura seria uma luta entre os militares contra os comunistas. O que se viu, na verdade, foi uma população atingida por uma opressão do Estado. Em segundo lugar, essa foi a justificativa de militares para que a Lei de Anistia, em 1979, pudesse conceder indulgência às vítimas e algozes. Esses romances, publicados após mais de quatro décadas do golpe de 1964, oferecem, nesse

caso, abrigo a argumentos que encerraram na negociação da transição democrática uma conciliação sem que se fizessem pelo país grandes protestos por uma justiça de transição ou pela abertura dos arquivos do Exército após a promulgação da Lei da Anistia.

A resposta ética de Levinas, portanto, longe de propor apenas uma resistência para que nos esqueçamos das barbáries do século XX, requer uma hospitalidade da multiplicidade e, por isso, é contrária a reducionismos e simplificações. Na análise feita dos romances de Telles e Mota é possível que tal redução do Outro ao Mesmo, deslocada da filosofia para o espaço da literatura, esteja presente na construção de uma ditadura conformada num passado distante, reduzida a uma guerra contra os militantes e comunistas, sobre a qual não há mais nada a ser feito.

A ausência do acolhimento da multiplicidade resultaria, então, nesse virar a página da ditadura, em textos que contam uma história para que possamos não esquecer o que se passou, mas que não buscam problematizá-lo. Uma vez que acreditamos que, diante da proposta ética de Levinas, a todo tempo enquanto sujeitos somos interpelados pelo infinito do Outro em relação à totalidade que nos circunda, é possível dizer que enquanto infinita essa relação não poderia ser delimitada, simplificada, completa. A interação social ética de Levinas, em nossa percepção, se coloca diante de problematizações sobre o passado, não apenas para que possamos não esquecê-lo, mas para ampliar inúmeras questões ainda abertas.

Diante disso, foram nos romances que se configurou ficcionalmente um universo complexo de questões e problemas não resolvidos, incertezas e cicatrizes que permanecem abertas, que foi possível encontrar algumas das ideias propostas por Levinas. Todos os quatro romances, *História natural da ditadura* (2006), *K.* (2012), *Não falei* (2004) e *Nem tudo é silêncio* (2010), de diferentes maneiras demonstraram o quanto a ditadura militar continua presente, tanto em crimes continuados que não foram julgados e sequer tiveram seus fatos revelados, como na não delimitação da opressão apenas contra os comunistas. Os espaços da violência se espraiam para outros âmbitos que não mais apenas dos militantes. O ar era “irrespirável” como apontou o narrador de *História natural da ditadura* (2006), que numa construção formal bastante diferenciada, estabelece um estranhamento, um desconforto e diversas críticas sobre um estado violento que se faz presente ainda hoje.

A própria literatura não oferece abrigo e nem redenção para o senhor K., protagonista da obra de Bernardo Kucinski (2012), que na busca pela filha passa o romance problematizando o que acontecera. Ele não tem um desfecho, porque nunca soube pelas autoridades o que fora feito com sua filha e genro, não teve um corpo para enterrar, não conseguiu nem mesmo prestar a homenagem por meio da literatura a seus mortos. Através de um texto polifônico, a obra traz uma multiplicidade de versões e histórias que ampliam as lentes e tornam complexa a ditadura militar. Há muitos silêncios, vozes que também sofreram com a repressão e estão ausentes, mas o romance não se quer completo. Não há corpo, nem justiça, nem redenção. É uma cicatriz aberta e uma violência que continua.

Também a partir de *Não falei* (2004), a expansão da repressão captura o personagem Gustavo quando ele achava que não seria atingido, porque não era um militante. O protagonista do romance de Beatriz Bracher seria, talvez, um bom contraponto ao personagem principal de *O punho e a renda* (2014), que defende com veemência que os militares estavam atrás de comunistas e foram eles também os responsáveis pelas mortes e dores que causaram a seus familiares. Gustavo não acreditava na revolução socialista para transformar o mundo. Ele queria melhorar as pessoas. Era um educador e trabalhava nesse viés, acreditando pertencer a outro círculo e estar imune aos ditadores. Foi preso e torturado.

O último romance analisado, *Nem tudo é silêncio* (2010), traz inúmeras questões e problemas de uma ditadura que não acabou com as eleições diretas para presidente da República. Além disso, a obra apresenta a importância sobre a multiplicidade na autoria literária. Enquanto nos demais romances temos em sua maioria homens, apenas *Não falei* (2004) é também escrito por uma mulher, todos os outros pertencentes a uma classe média e já inseridos no mercado editorial brasileiro. Eles publicam por editoras com estrutura de distribuição e divulgação para as obras, que incluem presença na chamada grande mídia e participação em eventos literários nacionais e internacionais. Sonia Regina Bischain publicou seu livro de maneira independente e está fora desse círculo.

Recuperando a definição de perspectiva social de Iris Young e o conceito de escrevivência de Conceição Evaristo, o romance *Nem tudo é silêncio* (2010) traz muitos outros temas, conta em ritmos diferentes e propõe uma representação da ditadura militar voltada para o que ela foi para os moradores da favela, os trabalhadores que pisavam e

tropeçam ainda hoje em chãos enlameados para chegar à fila do ônibus. Há o acolhimento de uma multiplicidade que não está presente nos outros romances. São outros personagens, outros cenários para as histórias, outro tempo e, como já dito, outra dicção dos narradores.

A repressão contra cidadãos que se dá tanto na ausência como na presença de um Estado que é tão cruel quando não oferece atendimento de saúde ou escolas, como quando se faz presente por policiais corruptos, esquadrões da morte ou médicos negligentes. A violência contra os índios no projeto colonial, a escravidão dos negros, a urbanização que empurrou parte da população para as periferias, o racismo, a violência contra mulher, as dificuldades da educação para adultos e muitas outras pautas são apresentadas na obra, mas não são colocadas numa hierarquia e sequer a confrontação à ditadura e a busca por justiça e verdade são passados para um segundo plano.

Nos quatro últimos romances não há uma reivindicação de homenagem à resistência, existe um desconforto demonstrando que não é possível pacificar uma história que continua presente, impune e que, diante de mortos e desaparecidos e de crimes contra os direitos humanos, não é possível propor certezas, encerramentos e uma conciliação nacional. A página não está virada e as cicatrizes permanecem abertas. A resposta ética de Levinas estaria justamente presente nessa recusa a uma simplificação do tema e a não redução dos discursos a questões estabelecidas, sobre as quais respostas já teriam sido dadas.

## Referências

BRACHER, Beatriz. *Não falei*. São Paulo: Ed.34, 2004.

BISCHAIN, Sonia Regina. *Nem tudo é silêncio*. São Paulo: Coletivo Cultural Poesia na Brasa, 2010.

COELHO, Teixeira. *História natural da ditadura*. São Paulo: Iluminuras, 2006.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório – Volume I*. Dezembro de 2014.

DALCASTAGNÈ, Regina. *O espaço da dor: o regime de 64 no romance brasileiro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. Vinhedo: Horizonte, 2012.

KUCINSKI, Bernardo. K. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LEVINAS, Emmanuel. *Totalidade e infinito*. Edições 70, Lisboa Portugal, 1980.

MOTA, Urariano. *Soledad no Recife*. São Paulo: Boitempo, 2009.

RIBEIRO, EDGARD TELLES. *O punho e a renda*. Rio de Janeiro: Record, 2014.